



MANIFESTO DA EASJUR

p e l a

EDUCAÇÃO EM DIREITOS



MANIFESTO DA EASJUR

p e l a

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada em 1948, vigente na sociedade globalizada do século 21, assentou a liberdade e a igualdade em dignidade e em gozo de direitos, em espírito de fraternidade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que a educação, é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Atualmente, o exercício da cidadania pressupõe que o membro da sociedade possa não apenas ter direitos individuais, sociais, políticos e econômicos, como participar da construção e sustentação desses direitos, o que só é possível na democracia, com ética, cooperação e solidariedade.

O direito à educação perpassa por aprender regras sociais, direitos e deveres, uma vez que as normas do direito brasileiro trazem o princípio da não alegação do desconhecimento da lei como justificativa de conduta ou omissão. A uma Defensoria Pública eficaz o que se impõe é procurar entender os porquês da desordem social, e enxergar e trabalhar o Direito como um meio de transformação social. Para tanto, deve ela atuar ativamente já que a desigualdade social, antes de tudo, é a desigualdade de informações.

O Distrito Federal se tornou a primeira unidade federada a oficializar a educação em direitos como um elemento da educação pública, por meio do Decreto nº 39321, de 03 de setembro de 2018, que dispõe sobre a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico nas escolas públicas de ensino médio do DF a partir de parceria com a Defensoria.

Por isso, a Escola de Assistência Jurídica (Easjur) da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) renova a sua manifestação pela educação em direitos como valor prioritário para promover a desjudicialização das relações sociais, fomentar a liberdade, prevenir conflitos, despertar protagonismo social e cultivar a fraternidade.

Brasília, 19 de agosto de 2020.

